

Ser classe trabalhadora ou não ser classe trabalhadora, eis a questão
Uma defesa da pertinência analítica do conceito de classe para a análise da sociedade contemporânea através de uma breve análise do movimento piquetero

Renake Bertholdo David das Neves¹

Desde o irrompimento inegável da crise do modelo de sociabilidade capitalista baseado na organização fordista da produção e no *Welfare State*, que pode ser situado a partir de fins da década de 1960, um dos debates que se tornou central no mundo político e acadêmico (que não deixa também de ser político, apesar dos intelectuais “tradicionais”) diz respeito ao fim do mundo do trabalho e o conseqüente reavivamento da tese do fim da luta de classes ou da insuficiência analítica do conceito de classe para uma investigação “profunda” da moderna sociedade capitalista², tão “multifacetada”, com tantas “diferenças” para além da questão de classe, como gênero, etnia, sexualidade, geração. Falar em classe operária, proletariado, tornou-se impróprio, quase tabu, como salientam Michel Pialoux e Stéphane Beaud (1999), que chamam a atenção para o deslocamento que a questão operária vem sofrendo no debate político enquanto novas categorizações em termos de oposição como “excluídos” e “incluídos” se impõem.

De maneira geral, observa Louis Chauvel (2000), o essencial das teorias que menosprezam a noção de classe para analisar a sociedade capitalista moderna fundamenta-se mais ou menos sobre o argumento de Robert Nisbet (ainda que combinando outros elementos), evidenciado em artigo publicado na *Pacific Sociological Review* ainda nos anos 50 do século passado. Segundo suas observações “empíricas”, com base em dados estatísticos, a diminuição das desigualdades econômicas e de acesso à educação, às referências culturais e ao consumo; o aumento da mobilidade social; uma menor estruturação das classes em grupos definidos (identificados e opostos), o que implicaria uma consciência de classe débil e uma menor conflitividade entre as classes, constituiriam transformações em curso nas sociedades capitalistas centrais que dariam fim à categoria classe e a seu poder analítico. Pode-se realmente constatar que nas partes mais favorecidas da divisão internacional do trabalho houve um declínio da imobilidade social, redução das desigualdades sociais, aumento

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense (PPGH-UFF), sob orientação do Professor Doutor Norberto Osvaldo Ferreras.

² De fato, esse fenômeno “intelectual” cabia não apenas ao que fosse dito sobre o presente, mas estendeu-se a várias releituras de processos históricos tais como as Revoluções Inglesa e Francesa, que perderam o estatuto de revoluções burguesas, resultados de intensas lutas de classes.

do poder de compra da classe operária, porém, Chauvel chama a atenção para o erro histórico daqueles que nas décadas de 1970 em diante apóiam-se de uma forma ou de outra sobre esse tipo de argumentação para defender o caráter *oldfashioned* de classe como categoria analítica: esses indicadores dizem respeito a um período histórico, a era de ouro (1945-1970), que possui uma dinâmica social muito diferente dos anos seguintes, marcados por um crescimento lento decorrente da crise que o capital vem enfrentando desde então, com possibilidades cada vez mais escassas de deslocamento de suas contradições estruturais³. Os indicadores sociais do período que se abre a partir dos anos 70 não são tão alentadores quanto os dos “trinta anos gloriosos”. A estratégia hegemônica que configurou o padrão de sociabilidade durante a época de prosperidade capitalista sem precedentes baseado na organização fordista da produção e no Estado de bem-estar social entrou em crise do ponto de vista acumulativo e o que vemos assistindo há três décadas é justamente a construção de outra estratégia hegemônica no âmbito do Estado ampliado, que se fundamenta no neoliberalismo e na acumulação flexível.

Acrescentamos à observação de Chauvel que mesmo que o argumento de tipo “nisbetiano” seja usado para sociedades industriais avançadas durante o período dos anos gloriosos, ainda se encontra seriamente limitado por desconsiderar que o sistema capitalista requer organicamente um desenvolvimento desigual e combinado e, portanto, o elevado padrão de vida das classes subordinadas nos países centrais deve-se em parte considerável a uma exploração nos países periféricos destas mesmas classes que não conheceu os mesmos níveis de liberdade de organização sindical, de proteção previdenciária e médico-hospitalar, de acesso a bens culturais e de consumo etc.

Outro erro teórico-metodológico grave em que incorrem os defensores do fim das classes sociais reside em não tomar o conceito de classe como uma relação social, mas apenas como um mero local estrutural⁴, o que está muito presente em visões

³ Cf. MÉSZÁROS, István, *Para além do capital: Rumo a uma teoria da transição*, São Paulo: Boitempo Editorial / Editora da Unicamp, 2002, para uma melhor compreensão a respeito das determinações estruturais que regem o modo de produção capitalista, assim como as condições conjunturais que permitem margens para deslocamentos das contradições intrínsecas a este modelo de sociabilidade que subordina o valor-de-uso ao valor-de-troca.

⁴ Cf. WOOD, Ellen. *Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico*, São Paulo: Boitempo Editorial, 2003, que tem um capítulo intitulado “Classe como processo e como relação”, em que discorre sobre a importância da contribuição de Thompson para o debate dentro do campo do marxismo. Não negamos a importância de se considerar as determinações estruturais a fim de se estabelecer um quadro geral das relações sociais para qualquer período histórico. De fato, é uma determinação estrutural, que começa com um processo de expropriação dos produtores diretos e a subsequente concentração dos meios de produção (expropriados) na mão de um grupo social que

economicistas e /ou teoricistas. A nosso ver, ninguém se expressou de melhor maneira a respeito do conceito de classe do que o historiador Edward Palmer Thompson e o aplicou de maneira magistral em sua obra.

By class I understand an historical phenomenon, unifying a number of disparate and seemingly unconnected events, both in the raw material of experience and in consciousness. I emphasize that it is a historical phenomenon. I do not see class as a “structure” (...), but as something which in fact happens (and can be shown to have happened) in human relationships. (...) And class happens when some men, as a result of common experiences (inherited or shared), feel and articulate the identity of their interests as between themselves, and as against other men whose interests are different from (and usually opposed to) theirs. (THOMPSON, E. P. 1966: 9)

A meu juízo, foi dada excessiva atenção, freqüentemente de maneira anti-histórica, à “classe”, e muito pouco, ao contrário, à “luta de classes”. Na verdade, na medida em que é mais universal, luta de classes me parece ser o conceito prioritário. Talvez diga isso porque a luta de classes é evidentemente um conceito histórico, pois implica um processo (...). Para dizê-lo com todas as letras: as classes não existem como entidades separadas que olham ao redor, acham um inimigo de classe e partem para a batalha. (THOMPSON, E. P. 2002: 274)

Encontramos na obra de Ricardo Antunes (2000 e 2005) e seu entendimento alargado de classe trabalhadora nas análises sobre a sociedade capitalista pós-1970, utilizando-se do conceito *classe-que-vive-do-trabalho*, um raciocínio que responde a uma linha desse tipo e que nos permite um guia para identificar a emergência de novas e a refutação ou reafirmação de antigas lutas no mundo do trabalho. A compreensão dos novos contornos que dão forma à classe trabalhadora também deve saber estabelecer e diferenciar as características orgânicas do sistema do capital daquelas conjunturais. Ter em mente essa lógica também implica entender que as transformações no mundo do trabalho devem ser entendidas como consequência das metamorfoses que o capital, enquanto relação social, põe em marcha a fim de sanar sua crise de acumulação.⁵

E já que nos referimos a E. P. Thompson, defendemos que a categoria classe ganha ainda mais potencial analítico se avançarmos para além dos dados objetivos e nos debruçarmos sobre as questões subjetivas resultantes de uma dada dinâmica histórico-social. De nosso ponto de vista, um dos fenômenos mais interessantes surgidos nesse novo momento hegemônico do capital encontra-se na formação de um movimento de

sobreviverá a partir da compra da força de trabalho dos produtores expropriados, que determinará a divisão de nossa sociedade em, essencialmente, duas grandes classes.

⁵ Cf. COLLADO, Patricia, “Metamorfosis del trabajo o metamorfosis del capital?” In: *Herramienta* Buenos Aires, 2005, n 30, que desenvolve bem o argumento do problema de ordem metodológico em que se incorre quando se parte do trabalho sem passar pela relação capital-trabalho, como fariam Robert Castells, André Gorz, Antonio Negri e Michael Hardt.

trabalhadores desempregados na Argentina, os *piqueteros*. Propomo-nos aqui expor um pouco de seu desenvolvimento histórico a fim de demonstrar como a organização desse grupo social confere novas dimensões à luta de classes no capitalismo contemporâneo e ao mesmo tempo reafirma toda a pertinência analítica da categoria classe (se tomada do ponto de vista relacional e historicizado).

Podemos situar cronologicamente sua emergência em meados da década de 1990, num contexto em que as políticas econômicas e sociais implantadas na década de 1990 pelo governo justicialista liderado por Carlos Menem marcavam historicamente o aprofundamento da precarização do mundo do trabalho que vinha se gestando na Argentina desde meados dos anos 70. Suas primeiras manifestações ocorreram em torno de reivindicação por trabalho e da corrupção e da falta de honestidade dos políticos, no interior do país, particularmente nas áreas que foram centros da indústria petrolífera, privatizada e reestruturada em profundidade pelo governo justicialista.⁶ O *piquete* – bloqueio do trânsito – nasce como modalidade de luta principal dos trabalhadores desempregados organizados, vítimas do processo de reestruturação produtiva que coloca nas filas (agora permanentes) de desemprego grupos significativos e crescentes de trabalhadores de média e alta qualificação, assentados e arraigados nestas comunidades, e se tornam elemento de identificação coletiva – os trabalhadores desempregados organizados ficaram conhecidos desde o início como *piqueteros*. Logo, a “metodologia” dos piquetes se transfere também para bairros populares periféricos de grandes cidades – Rosario, Santa Fé, Córdoba – e a partir de 1998 e com força crescente no ano 2000 até 2002, instala-se nos bairros populares e vilas da Grande Buenos Aires⁷.

A formação de movimentos de trabalhadores desempregados na Argentina, contudo, não pode ser explicada apenas como fruto das altas taxas de desemprego, mas de todo um contexto específico em que se inserem a reorganização produtiva e as políticas neoliberais no país. Maristella Svampa e Sebastián Pereyra (2004) enfatizam que o dismantelamento da estrutura fordista elevou os índices das taxas de desemprego em todo o globo, mas que muitos países europeus, mesmo abandonado o *Welfare State*, mantiveram uma política pública de controle de desemprego, por meio de seguros-

⁶ A primeira manifestação de trabalhadores desocupados ocorreu em Cutral-Có, província de Neuquén, um dos redutos de exploração da YPF (Yacimientos Petrolíferos Fiscales), privatizada no período 1991-1992. A privatização da estatal (a empresa continuou a cargo apenas da comercialização) implicou na demissão de cerca de 90% de seu quadro de empregados. Cf. SVAMPA, Maristella. “Organizaciones de trabajadores desocupados: El modelo General Mosconi (Un estudio de caso)” In: BOMBAL, Inés (org). *Nuevos Movimientos Sociales y ONGs en la Argentina de la crisis*, Buenos Aires: CEDES, 2003.

⁷ Cf. BERGEL, Pablo, “Nuevas formas asociativas: asambleas vecinales y movimientos de trabajadores desocupados” In: BOMBAL, Inés (org.), op. cit.

desemprego, centros de formação e reinserção etc. Na América Latina como um todo, os elevados patamares alcançados pelos índices de desemprego se diluíram numa situação de precariedade do mercado de trabalho já existente antes e que continuou ao largo dos processos de industrialização por substituição de importações levados a cabo pelos Estados populistas, em que esta condição contingente foi mesmo estrutural do desenvolvimento do capitalismo na suas áreas periféricas, ajudando a manter sempre baixos os níveis salariais médios.

Na Argentina, o quadro foi um pouco atípico, sendo um dos poucos países latino-americanos que chegaram a desenvolver uma “sociedade salarial”, assentada numa lógica de distribuição de riqueza de muito menos iniquidade do que vivenciam nos últimos 30 anos os argentinos. A construção de uma nova estratégia hegemônica para superar a crise do capital sustentou-se prioritariamente num processo de cooptação e pouco se moveu no sentido da construção de um compromisso mínimo com as classes subordinadas. O Estado argentino, agente fundamental (como todos os outros Estados nacionais que se tornaram “mínimos”) da desarticulação do mercado de trabalho, pouco fez para construir redes de contenção para os resultados desse processo. As políticas públicas mantidas pelos Estados europeus constituem medidas para promover um mínimo de consenso frente às outras políticas tão regressivas em relação ao mercado de trabalho e à seguridade social efetivadas por estes mesmos Estados. Os principais sindicatos argentinos, em sua maioria, não apenas não acompanharam seus afiliados lançados na precarização trabalhista, como também coadunaram com o programa de (contra)reformas implementadas. A emergência do movimento *piquetero* se faz nesse contexto de crise de legitimidade e é também tributário da existência de uma tradição organizativa, em parte associada a correntes mais classistas do movimento operário argentino, cujos representantes optaram por atuar fora – e muitas vezes em oposição – às estruturas sindicais tradicionais.

Os movimentos *piqueteros* construíram uma experiência que acabou por definir um repertório de ação comum, constituído pelo *piquete*, pela organização assembleísta, pelas puebladas (apoio de toda a comunidade em que está inserido um movimento aos piquetes) e pelo trabalho comunitário instalado a partir de planos de emprego transitório fornecidos pelo Estado. Pese as identificações em comum, a heterogeneidade de correntes políticas entre as organizações *piqueteras* é marcante, assim como a heterogeneidade encontrada dentro de cada organização no que diz respeito à questão geracional, de gênero e de origem social. O atual governo federal, que tem à frente o

peronista Nestor Kirchner, desenvolve uma política em relação ao movimento de trabalhadores desempregados que alterna tentativas de cooptação com coerção disciplinatória.⁸

As organizações de trabalhadores desempregados se iniciaram com demandas por alimentos, planos de emprego, subsídios de desemprego, manutenção dos serviços básicos de gás e luz para desempregados e aposentados, isenção de impostos etc. e acabaram por desenvolver mecanismos de funcionamento e sustentação que vão além das reivindicações junto ao Estado. É certo que num primeiro momento, a organização dos desocupados imprime-se por necessidades de mera subsistência e essas demandas impõem-se no cenário desta organização. Mas estas mesmas necessidades, em pouco tempo, impulsionaram a busca pela (re)criação de novas formas de articulação econômico-sociais frente a percepção de que o desemprego que enfrentam atualmente é estrutural e à erosão das instituições e mecanismos de interação social consolidados ao longo do século XX. E é essa dinâmica observada no movimento que nos permite falar em novas identidades dentro da classe trabalhadora assim como de novas formas de embate social entre trabalho e capital, tanto de caráter defensivo quanto de caráter ofensivo.

Afirmamos esse fato a partir da análise de fontes de conteúdo mais subjetivo, pois as estatísticas não podem contribuir de forma decisiva – apesar de sua importância fundamental no estabelecimento de contextos históricos – para análises a respeito da formação de uma dada morfologia de uma classe. Este fenômeno deve ser apreendido, sobretudo, a partir da experiência, se entendemos que uma classe se forma da maneira que E. P. Thompson indicou.

A construção da identidade *piquetera* é inovadora no sentido de conferir um sentido positivo à condição de desempregado, retirando desta a subjetividade residual que tantas vezes lhe foi conferida e colocando em destaque a questão da constituição do exército de reserva como estratégia orgânica de dominação do capital sobre o trabalho em momentos de crise de lucratividade e, dessa forma, colocando em evidência a inútil generalidade, a pobreza analítica e o caráter obviamente ideológico de categorias em voga, como a de “pobres” ou “excluídos”. Num sistema cuja especificidade se funda no caráter estranhado e conseqüentemente desumanizador do trabalho e na sua necessidade

⁸ Cf. SVAMPA, Maristella & PEREYRA, Sebastián. *Entre la ruta y el barrio*, Buenos Aires: Biblos, 2004.

de submeter todas as relações sociais à lógica da mercadoria, deve-se mais pensar em termos de “inclusão forçada” do que de “exclusão”.⁹

Os *piqueteros* estabelecem uma interessante relação daquele que depende da venda de sua força de trabalho com a o mundo do não-trabalho. Os trabalhadores desempregados organizados argentinos recusam a idéia de que a culpa pela sua expulsão do mercado de trabalho formal recaia neles mesmos, rejeitando o propalado mito capitalista do *self-made man*. A perspectiva é de conflito. Identificam – corretamente ou não – os responsáveis no Estado, nas grandes organizações financeiras, nos grandes conglomerados que adotaram a organização da “empresa enxuta”, no neoliberalismo ou mesmo no capitalismo como controle sociometabólico totalizador. Não perdem de forma alguma a identidade de parte integrante da classe trabalhadora e convocam a união entre trabalhadores do mercado formal e informal, subempregados e desempregados, indo contra as estratégias de dominação burguesa do capitalismo tardio que buscam estimular a organização popular ao nível mais elementar da consciência política e desviar quaisquer reivindicações de questões ligadas à classe, dentro do espírito do pós-modernismo multiculturalista. Os vários pronunciamentos e manifestações pela redução da jornada de trabalho, pelo reajuste do salário mínimo, pelo estabelecimento de um seguro desemprego, contra os cortes nos salários de funcionários públicos etc. são colocados como plano de luta da classe trabalhadora em seu conjunto. Ao mesmo tempo, enfrentaram muitas dificuldades de reconhecimento por parte dos sindicatos tradicionais do papel do trabalhador desempregado como agente da classe trabalhadora, dentro do clima de “derrota” desta última na Argentina.¹⁰

O movimento *piquetero* se move dentro de uma tensão, assinalada por Denis Merklen (2005), que traz uma fonte de ambigüidade no terreno da ação coletiva: a mobilização deve fazer reconhecer a exigência do trabalhador desempregado como portador de direitos sociais (seguro-desemprego; auxílios e subsídios diversos em

⁹ Cf. FONTES, Virgínia. “Capitalismo, exclusões e inclusão forçada” In: *Reflexões im-pertinentes: história e capitalismo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2005. Ver também o já citado trabalho de PIALOUX e BEAUD, assim como o de MERKLEN, Denis, *Pobres Ciudadanos: las clases populares em la era democrática (Argentina, 1983-2003)*, Buenos Aires: Gorla, 2005. Aqui reproduzimos um pequeno trecho emblemático de seu livro: “La producción de este nuevo sistema de protagonistas se engrena con un *desplazamiento de la problemática social*. Una fuerte tradición, tanto intelectual como política, pretende que en América Latina la cuestión social ha sido definida a lo largo del siglo XX en torno de la problemática del trabajo. Sin embargo, desde principios de los años ochenta, *se opera un cambio sistemático que se inicia con el corrimiento de la problemática del trabajador hacia la del pobre.*” (p. 103, grifos nossos).

¹⁰ Aliás, Michel Pialoux e Stéphane Beaud, em entrevista à Revista *Tempo Social*, v. 18, n. 1, atestam em suas análises sobre a condição operária a partir da década de 1980 na França as dificuldades de os sindicatos lidarem com a desestabilização de antigas formas de resistência e de reconhecerem novas.

relação a serviços públicos básicos) e ao mesmo tempo expressar o desejo de se livrar do estigma e ser reconhecido como cidadão que tem direito a viver do trabalho. Essa questão coloca a discussão fundamental sobre as potencialidades de lutas dos movimentos de desempregados em outro patamar, que se refere à idéia que possuem do que é *trabalho genuíno, trabalho digno*. Para grande parte dos trabalhadores, “trabalho digno” remete ao modelo fordista como ideal, enquanto para outros, “trabalho genuíno” é “trabalho não explorado”, que se exerce fora dos limites do trabalho assalariado. A resistência dos trabalhadores precarizados argentinos se situam tanto no nível de tentar recuperar uma situação trabalhista supostamente idílica, ainda muito presente no imaginário e supervalorizada em tempos de precarização das condições do mundo do trabalho, quanto no nível de buscar outras formas de sociabilidade que questionam mesmo pilares do sociometabolismo do capital - qualquer que seja o modelo de acumulação histórico -, como é o caso do trabalho assalariado. Podemos identificar, portanto, dois níveis de resistência que se articulam – um de caráter defensivo (o primeiro), outro de caráter ofensivo (o segundo). Porém, mesmo os movimentos que se orientam pela reinserção no mercado de trabalho capitalista tocam projetos de economia alternativa, que, com o já destacamos, faz parte de um repertório de ação comum. Consideramos que os movimentos de trabalhadores desempregados na Argentina ressignificam a relação entre desemprego e alienação.¹¹

Em referência à já mencionada heterogeneidade geracional e de gênero, é importante mencionar: 1) o substancial contingente de jovens que formam as bases desses movimento - sua integração aos piqueteros permitiu aos jovens (vítimas do contexto de grave crise econômica e desinstitucionalização, grande parte manteve escasso contato com instituições políticas e /ou educativas e não registra experiência de trabalho, enfim, não conhecem espaços básicos de coletivização), um espaço alternativo de estabelecimento de laços solidários e também de disciplina: por meio do

¹¹ “Para os permanentemente desempregados e desempregáveis, a realidade da alienação significa não somente a extensão da impotência ao limite, mas uma ainda maior intensificação da desumanização física e espiritual (...). O aspecto vital da alienação deve-se ao fato de que a impotência está baseada na condição da integração social pelo trabalho. Se essa forma de integração social está sendo crescentemente prejudicada pelo avanço tecnológico, então a ordem social começa a dar claros sinais de instabilidade e crise, levando gradualmente em direção a uma desintegração social geral” [citação de Ramim Ramtin, *A note on Automation and alienation* In: Jim Davis et alli. Cutting Edge: Technology, Information, Capitalism and Social Revolution, Londres/Nova Iorque: Verso, 1997]. *Sob a condição da separação absoluta do trabalho, a alienação assume a forma de perda de sua própria unidade: trabalho e lazer, meios e fins, vida pública e vida privada, entre outras formas de disjunção dos elementos de unidade presentes na sociedade do trabalho. (...).* (ANTUNES, 2000, pp. 132-133)

trabalho comunitário ou da experiência nas assembléias das organizações; e 2) que a maior parte dos aderentes e militantes dos movimentos *piqueteros* é de mulheres e que sobre elas recai grande parte da organização administrativa. A heterogeneidade de bases sociais pode ser frutífera no campo das lutas de classes ao articular questões de classe a outras questões identitárias.

Conflitos acompanharam sempre a história do capitalismo uma vez que sua estrutura de submissão das potencialidades criativas do trabalho ao domínio do capital que tenta tudo tornar mercadoria a fim de produzir mais-valor encontra-se plasmada em contradições que levam, de uma maneira ou outra, a conflitos entre as classes subordinadas e as dominantes (e também intra-classes dominantes). Esses embates entre capital e trabalho deslocam-se historicamente, determinando-se de acordo com as estratégias tomadas por cada um desses lados (incluindo as posições de frações conflitantes dentro de uma mesma classe).

O caráter multifacetado que o mundo do trabalho adquiriu desde há três décadas permite-nos não afirmações precipitadas como o fim da utopia, das grandes narrativas que buscassem alguma relação de causa-conseqüência, da sociedade do trabalho, enfim, o fim de grandes conflitos que fossem postos em marcha por questões totalizadoras, como a emancipação humana. Pelo contrário, procuramos demonstrar nessa breve exposição linhas gerais que nos indicam que, se nos dedicarmos a identificar os elementos de caráter estrutural e conjuntural do processo histórico e relacioná-los e analisar por meio da experiência (isso não quer dizer deixar de lado outras fontes) a constituição e desenvolvimento dos diversos grupos que se formaram dentro deste mundo multifacetado, constataremos que o presente tem a oferecer muito além de uma vitrine de fragmentos e contingências. Podemos constatar a partir de uma fração desse mundo multifacetado, os trabalhadores desempregados, as tensões na composição do sujeito das classes subordinadas na dialética estabelecida entre os projetos hegemônicos de sociabilidade burguesa e as tentativas de resistência a esses projetos e como essa subjetividade está plasmada na luta de classes, classes que se formam identificando interesses comuns entre um grupo de homens e mulheres e se posicionando contra outro grupo de homens e mulheres com interesses bastante distintos, e que constituem uma consciência que podemos conferir nas formas institucionais, nos sistemas de tradição e valores, nas idéias que guiam suas estratégias de luta etc.

Referência Bibliográfica

- ANTUNES, Ricardo. *O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2005.
- _____. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2000.
- BASUALDO, Eduardo. *Sistema Político y Modelo de Acumulación en la Argentina*. Quilmes: UNQ, 2001.
- BOMBAL, Inés González (org.). *Nuevos Movimientos Sociales y ONGs en la Argentina de la Crisis*. Buenos Aires: CEDES, 2003.
- CHAUVEL, Louis. Clases y generaciones: La insuficiencia de las hipótesis de la teoría del fin de las clases sociales In: *Marx 2000: Las nuevas relaciones de clase*. Buenos Aires: K&ai Ediciones, 2000.
- COLLADO, Patricia. Metamorfosis del trabajo o metamorfosis del capital In: *Herramienta*, 2005, n. 30.
- DINERSTEIN, Ana C. Recobrando la materialidad: el desempleo como espacio de subjetivación invisible y los piqueteros, In: *Herramienta*, 2003, n. 22. (www.herramienta.com.ar)
- FLORES, Toty (org.). *De la culpa a la autogestión: un recorrido del Movimiento de Trabajadores Desocupados de La Matanza*. Buenos Aires: Continente, 2005.
- FONTES, Virgínia. *Reflexões im-pertinentes: história e capitalismo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2005.
- GOHN, Maria da Glória. *Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Loyola, 2000.
- GORZ, André. *Adeus ao proletariado: para além do socialismo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1982.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere Vol. 1*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- _____. *Cadernos do cárcere Vol. 3*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- _____. *Cadernos do cárcere Vol. 4*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- _____. *Cadernos do cárcere Vol. 5*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- HOBBSBAWM, Eric J. *Era dos Extremos: O Breve Século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- _____. *Revolucionários*. São Paulo: Paz e Terra, 2003.
- HOLLOWAY, John. *Mudar o mundo sem tomar o poder – o novo significado da revolução hoje*. São Paulo: Editora Viramundo, 2003.
- ISMÁN, Raúl. *Los piquetes de La Matanza: de la aparición del movimiento social a la construcción de la unidad popular*. Buenos Aires: Nuevos Tiempos, 2004.
- LOBATO, Mirta & SURIANO, Juan. *La protesta social en la Argentina*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2003.
- MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política: livro I (O processo de produção do capital), vol. I e II*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- _____. Para a crítica da economia política In: *Marx – Os pensadores*. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1999.
- _____. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2004.
- MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã – Feuerbach*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- MASSETI, Astor. *Piqueteros: Protesta social e identidade colectiva*. Buenos Aires: De las Ciencias, 2004.

- MERKLEN, Denis. *Pobres ciudadanos: las clases populares en la era democrática (Argentina, 1983-2003)*. Buenos Aires: Gorla, 2005.
- MÉSZÁROS, István. *Marx's Theory of Alienation*. New York: Harper Torchbooks, 1972.
- _____. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. São Paulo: Boitempo Editorial / Editora da Unicamp, 2002.
- MTD Aníbal Verón. *Dario y Max – Dignidad Piquetera: El gobierno de Duhalde y la planificación criminal de la masacre del 26 de junio en Avellaneda*. Buenos Aires: 26 de junio, 2003.
- NEVES, Lúcia M. Wanderley (org.). *A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso*. São Paulo: Xamã, 2005.
- OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista / O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003.
- OVIEDO, Luis. *Una historia del movimiento piquetero*. Buenos Aires: Rumbos, 2004.
- PALOMINO, Héctor. La Argentina hoy – los movimientos sociales, In: *Herramienta*, n. 27, 2004. (www.herramienta.com.ar)
- _____. Los sindicatos y los movimientos sociales emergentes del colapso neoliberal en Argentina In: DE LA GARZA TOLEDO, Enrique. *Sindicatos y nuevos movimientos sociales en América Latina*. Buenos Aires: CLACSO, 2005.
- PETRAS, James. *América Latina: De la globalización a la revolución*. Rosario: Homo Sapiens, 2004
- PIALOUX, Michel & BEAUD, Stéphane. *Retour sur la condition ouvrière: Enquête aux usines Peugeot de Sochaux-Montbéliard*. Paris: Fayard, 1999.
- _____. Entrevista: O “mundo operário sem classe operária”: diferenças dos tempos sociais e condição operária In: *Tempo social. Dossiê sociologia da condição operária*, São Paulo, 2006, vol. 18, n. 1.
- RAPOPORT, Mario. *Historia Económica, Política y Social de la Argentina (1880-2000)*. Buenos Aires: Ediciones Macchi, 2004.
- SENNETT, Richard. *A corrosão do caráter: conseqüências pessoais do novo capitalismo*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2004.
- SEOANE, José (org.), *Movimientos Sociales y Conflicto en América Latina*. Buenos Aires: CLACSO, 2004.
- SILVER, Beverly J. *Forças do trabalho: movimentos de trabalhadores e globalização desde 1870*. São Paulo: Boitempo, 2005.
- SVAMPA, Maristella & PEREYRA, Sebastián. *Entre la ruta y el barrio: la experiencia de las organizaciones piqueteras*. Buenos Aires: Biblos, 2003.
- THOMPSON, Edward P. *The making of the English working class*. New York: Vintage Books, 1966 (first edition).
- _____. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001.
- WOOD, Ellen Meiksins. *Democracia contra capitalismo – a renovação do materialismo histórico*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.
- _____. *A origem do capitalismo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- ZAPATA, Francisco. *Autonomía y subordinación en el sindicalismo latinoamericano*. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica, 1993.
- ZIBECHI, Raúl. *Genealogía de la revuelta: Argentina – la sociedad en movimiento*. La Plata: Letra Libre, 2003.